

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balancos regulatórios

Demonstrações dos resultados regulatórias

Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Ampla Energia e Serviços S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ampla Energia e Serviços S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à **Ampla Energia e Serviços S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Ampla Energia e Serviços S.A.** a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, não foram identificadas distorções materiais na mensuração da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. Portanto, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas Notas Explicativas nos 4.2 (a) e 8 no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis regulatórias.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível

A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais no montante de R\$ 7.089.317 mil, em 31 de dezembro de 2018 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nºs 4.4 e 17 às demonstrações contábeis regulatórias.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais na mensuração do benefício Pós Emprego. Portanto, consideramos apropriadas os julgamentos, as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nºs 4.4 e 17 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Outros assuntos - Demonstrações contábeis societárias

A **Ampla Energia e Serviços S.A.** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de fevereiro de 2019.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Balanços patrimoniais regulatório
em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	267.076	305.915
Títulos e valores mobiliários	7	81.777	120.091
Consumidores e outras contas a receber	8	926.450	763.400
Consumidores - serviços prestados		-	85.585
Ativos financeiros setoriais	11	442.733	209.427
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	322.098	346.447
Tributos a compensar	10	145.833	304.050
Serviço em curso		55.270	65.029
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	13.766	2.637
Outros créditos		79.591	101.098
Total do ativo circulante		2.334.594	2.303.679
Não circulante			
Consumidores	8	57.416	50.140
Ativos financeiros setoriais	11	77.504	38.139
Depósitos vinculados a litígios	19	214.571	236.510
Serviço em Curso		35.596	14.351
Tributos a compensar	10	104.458	106.406
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	98.364	4.329
Tributos diferidos	25	632.658	682.298
Imobilizado	12	6.825.548	6.616.039
Intangível	13	263.769	244.430
Investimentos		3.313	3.830
Total do ativo não circulante		8.313.197	7.996.472
Total do ativo		10.647.791	10.300.151
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	758.868	900.125
Passivos financeiros setoriais	11	213.433	134.096
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.762.742	1.091.655
Salários, provisões e encargos sociais		48.143	43.072
Obrigações fiscais	15	119.762	124.737
Dividendos a pagar		87.184	46.515
Taxa regulamentares	21	375.897	382.714
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	7.680	34.291
Outras obrigações		84.657	75.817
Total do passivo circulante		3.458.366	2.833.022
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	14	454	404
Passivos financeiros setoriais	11	83.615	70.227
Tributos diferidos	25	254.791	260.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.848.907	2.007.575
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	429.975	492.442
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	602.204	665.104
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	16	5.617	19.647
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20	520.932	522.016
Taxa regulamentares	21	62.378	71.072
Total do passivo não circulante		3.809.142	4.108.487
Patrimônio líquido			
Capital social	22	2.498.230	2.498.230
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucro		426.172	346.217
Reserva de reavaliação regulatória		435.434	482.377
Outros resultados abrangentes		(2.807)	8.564
Total do patrimônio líquido		3.380.283	3.358.642
Total do passivo e patrimônio líquido		10.647.791	10.300.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado dos exercícios regulatório

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		7.121.113	6.408.720
Suprimento de energia elétrica		79.892	72.508
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		595.346	484.887
Outras receitas vinculadas		349.246	318.248
Ativos e passivos financeiros setoriais		157.813	256.331
	23	8.303.410	7.540.694
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(1.946.365)	(1.732.793)
PIS-PASEP		(137.588)	(130.251)
Cofins		(633.737)	(512.159)
ISS		(3.681)	(3.382)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		17.298	(21.127)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(747.874)	(612.817)
Programa de eficiência energética - PEE		(23.520)	(21.127)
Taxa de fiscalização		(7.619)	(5.676)
Outros encargos		5.312	(187.470)
		(3.477.774)	(3.226.802)
Receita líquida / ingresso líquido		4.825.636	4.313.892
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.570.202)	(2.483.259)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão		(474.658)	(311.382)
		(3.044.860)	(2.794.641)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		1.780.776	1.519.251
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	24	(144.486)	(140.606)
Serviços de terceiros		(426.730)	(435.537)
Material		(20.163)	(13.287)
Arrendamentos e aluguéis		(10.565)	(11.795)
Seguros		(3.218)	(2.951)
Doações, contribuições e subvenções		(1.547)	(1.919)
Provisão créditos de liquidação duvidosa		(81.582)	(134.302)
Outras provisões		(39.175)	(37.820)
Tributos		(1.920)	(1.522)
Depreciação e amortização		(369.634)	(352.741)
Outros despesas operacionais		(139.304)	(180.972)
		(1.238.324)	(1.313.452)
Resultado financeiro	26	(436.248)	(520.067)
Receita financeira		871.599	405.135
Despesa financeira		(1.307.847)	(925.202)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		106.204	(314.268)
Imposto de renda	25	(34.725)	72.393
Contribuição social	25	(12.610)	25.961
Lucro (prejuízo) do exercício		58.869	(215.914)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		58.713	(215.453)
Acionistas não controladores		156	(461)
Prejuízo por ação originado das operações (reais por milhares de ações)		0,35328	(1,29574)
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,35234	(1,29297)
Detentores de ações ordinárias		0,00094	(0,00276)
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		0,35234	(1,29297)
Detentores de ações ordinárias		0,00094	(0,00276)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício		58.869	(215.914)
Outros resultados abrangentes			
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós emprego	17	22.446	(27.283)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão	25	(7.632)	9.276
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	16	(17.229)	12.281
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	25	<u>5.858</u>	<u>(4.176)</u>
Resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<u>62.312</u>	<u>(225.816)</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		62.146	(225.334)
Acionistas não controladores		166	(482)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	58.869	(215.914)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.634	131.431
Depreciação e amortização	395.744	375.518
Juros e variações monetárias	395.293	358.869
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(122.832)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.628)	(31.907)
Provisão para perda na desativação de bens	29.680	33.640
Valor residual de intangível baixado	23.719	80.284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.658	(98.354)
Perda de recebíveis de clientes	37.810	2.871
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	48.782	159.788
Obrigações com benefício pós-emprego	68.628	48.246
P&D e eficiência energética	6.221	42.254
Outros	1.323	91
	1.075.901	886.817
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(254.980)	(152.225)
Subvenção CDE- desconto tarifário	24.349	(68.935)
Ativos financeiros setoriais	(264.042)	(11.125)
Tributos a compensar	160.165	(210.513)
Depósitos vinculados a litígios	21.939	(13.185)
Serviço em Curso	(11.486)	(13.954)
Consumidores - serviços prestados	85.583	(1.066)
Outros créditos	12.366	105.921
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(141.207)	211.509
Passivos financeiros setoriais	92.725	(60.693)
Salários, Provisões e encargos sociais	5.071	526
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(39.915)	12.977
Obrigações fiscais	(4.975)	436
Taxas regulamentares	6.687	30.021
Pagamento de benefício pós emprego	(108.648)	(76.422)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(166.544)	(98.389)
Outros passivos	8.024	(30.884)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	501.013	510.816
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(678.560)	(1.083.534)
Títulos e valores mobiliários	38.314	(66.319)
Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento	(640.246)	(1.149.853)
Atividades de financiamento		
Captação de debêntures	-	596.803
Pagamento de debêntures	-	(950.033)
Captação de empréstimos e financiamentos	560.564	1.523.060
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(319.899)	(308.668)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(97.558)	(62.089)
Pagamentos de juros de debêntures	(42.713)	(105.478)
Caixa líquido gerado pelas as atividades de financiamento	100.394	693.595
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(38.839)	54.558
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	305.915	251.357
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	267.076	305.915
	(38.839)	54.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	estatutária de reforço capital de giro	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.298.230	2.308	20.946	113.379	412.503	537.522	459	-	2.385.347
Aumento de Capital	22	1.200.000	-	-	-	-	-	-	1.200.000
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	(27.283)	-	(26.892)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	9.276	-	9.143
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados		-	-	-	-	-	18.007	(18.007)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	12.281	-	(6.262)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	(4.176)	-	2.129
Realização da reserva de reavaliação regulatória		-	-	-	-	(83.095)	-	82.206	(120.809)
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	16	-	-	-	-	27.950	-	(27.950)	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	25	-	-	-	-	-	-	-	41.075
Prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	(215.914)	(334.814)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	(179.665)	-	-	179.665	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.498.230	2.308	20.946	113.379	232.838	482.377	8.564	-	3.358.642
Perda atuarial em benefícios pós emprego	17	-	-	-	-	-	22.446	-	22.446
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	25	-	-	-	-	-	(7.632)	-	(7.632)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados		-	-	-	-	-	(14.814)	14.814	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	-	(17.229)	-	(17.229)
Tributos diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos - Swap	25	-	-	-	-	-	5.858	-	5.858
Realização da reserva de reavaliação regulatória		-	-	-	-	(71.125)	-	71.125	-
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação regulatória	16	-	-	-	-	24.182	-	(24.182)	-
Tributo diferido sobre a reserva de reavaliação regulatória	25	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	22	-	-	-	-	-	-	58.869	58.869
Reserva Legal		-	-	8.562	-	-	-	(8.562)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(40.671)	(40.671)
Reserva de reforço de capital de giro		-	-	-	71.393	-	-	(71.393)	-
Absorção de prejuízo do exercício	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.498.230	2.308	20.946	121.941	304.231	435.434	(2.807)	-	3.380.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”)

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia.

A Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 24 de abril de 2019.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações Contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 32.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas no resultado abrangente.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 27 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

4.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

4.4. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

4.5. Provisão para tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis, tributárias e regulatórios) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.6. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

4.7. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

4.8. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 17 a 27, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.8.1. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.8.2. Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.8.3. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

4.8.4. Obrigações vinculadas do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4.8.5. Reserva de reavaliação

A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Com base na terceira revisão tarifária homologada pela ANEEL, mediante a Nota Técnica ANEEL Nº 122/2014, a Companhia registrou em 2014 a reavaliação regulatória, como data-base o mês de setembro de 2013.

4.8.6. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Alterações e atualizações na legislação regulatória e fiscal

a) Bandeiras tarifárias

Em 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro a abril e dezembro, amarela em maio e novembro e vermelha, patamar 2, de junho a outubro de 2018. Em 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Regras especiais no pagamento de compensações aos consumidores pela interrupção no serviço

A Aneel autorizou mediante Despacho no 458 e 459/2018, que as distribuidoras de energia responsáveis pelo fornecimento no Estado do Rio de Janeiro, terão regras especiais para o cálculo de compensações a serem pagas a consumidores devido a blecautes durante o período que durar a atuação das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem na região.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Pelas regras do setor, as distribuidoras precisam pagar compensações aos consumidores quando interrupções no serviço têm duração ou frequência maiores que indicadores definidos pela Aneel.

c) Contrato de CUSD com a Eletronuclear

Em 12 de junho de 2018, a ANEEL aprovou mediante Despacho nº 1.283/2018 a postergação, em mais 30 dias do prazo definido no Despacho nº 4.213/2017, alterado pelos Despachos nº 515 e 947, ambos de 2018, para a assinatura do contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD referente as conexões da UTN Almirante Álvaro Alberto – Usina de Angra nos setores de 13,8 kV e de 138 kV na Subestação Angra (USI).

Em 12 de julho de 2018, foi assinado contrato de CUSD - CARGA – LIVRE e a Companhia já está faturando a disponibilização do uso do sistema correspondente ao período em curso. O valor correspondente a CUSD de períodos anteriores, foi definido pela Aneel por meio do despacho nº 2741/18.

Em 27 de novembro de 2018, foi homologado pela ANEEL o Despacho no 2.741, no qual está decide dentre outros assuntos, que : (i) devem ser aplicadas à Eletrobras Eletronuclear as tarifas de autoprodução (APE) homologadas nos processos tarifários da Enel Rio; (ii) a CCEE deve informar à Enel Rio em base mensal a partir de janeiro de 2019, bem como para o período de 19 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2018, a energia medida, em KWh, nos pontos de conexão, que esteja associada ao consumo próprio da Eletronuclear; (iii) o valor do retroativo disposto no item (ii) do Despacho ANEEL nº 4.213, de 2017, é de R\$ 90.832, a preços de novembro de 2018 e líquido de impostos, que deverá ser faturado contra a Eletronuclear no ano de 2019; (iv) quando da homologação da referida receita de venda, o valor do item (iii) será atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M para preços de dezembro de 2018, conforme índice divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; (v) o pagamento do retroativo de que trata o item (iv), acrescido de impostos, poderá ser efetuado em 12 parcelas ao longo do ano de 2019 e a partir de janeiro de 2019; (vi) o montante auferido pela Enel Rio referente ao pagamento do retroativo disposto no item (iv) será considerado como componente financeiro negativo no processo tarifário subsequente da distribuidora Enel Rio; e (vii) indeferir o pedido de medida cautelar apresentado pela Eletronuclear.

Em 18 de dezembro, por meio da resolução nº 2509, a Aneel publicou o valor retroativo de que trata o item (iv) do Despacho ANEEL nº 2.741, de 27 de novembro de 2018, de R\$ 90.387 a preços de dezembro de 2018, sem impostos.

Em 20 de dezembro de 2018, a ENEL Rio protocolou junto a ANEEL recurso ao processo no 48500.004842/2018-63 que versa acerca dos critérios de modicidade tarifária nos moldes previsto no PRORET de acordo com as regras do contrato de concessão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas correntes bancárias	71.228	150.665
Total de caixa e contas correntes bancárias	71.228	150.665
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	28.740	26.072
Operações compromissadas	135.568	119.921
Total das aplicações diretas	164.308	145.993
Fundo de investimento não exclusivos		
Fundos de investimentos aberto	18.644	-
Operações compromissadas	12.896	9.257
Total de fundos de investimento não exclusivos	31.540	9.257
Total	267.076	305.915

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de investimentos não exclusivos	65.431	112.673
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	16.346	6.402
LF - Letra Financeira	-	1.016
Total	81.777	120.091

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2018	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017
<u>Circulante</u>												
Classe de consumidores:												
Residencial	94.811	98.851	480.841	674.503	(418.626)	255.877	93.535	69.478	347.353	510.366	(400.044)	110.322
Industrial	51.601	8.090	52.921	112.612	(42.927)	69.685	36.264	9.677	42.244	88.185	(35.123)	53.062
Comercial	66.994	32.441	116.852	216.287	(100.561)	115.726	59.231	24.154	99.472	182.857	(89.290)	93.567
Rural	18.218	2.598	13.370	34.186	(48.863)	(14.677)	14.712	1.627	44.392	60.731	(49.172)	11.559
Poder público	54.276	30.975	67.758	153.009	(47.765)	105.244	47.119	40.096	121.109	208.324	(45.812)	162.512
Iluminação pública	30.285	24.160	26.093	80.538	(18.855)	61.683	27.145	20.812	32.196	80.153	(24.762)	55.391
Serviço público	15.420	184	1.806	17.410	(1.141)	16.269	13.663	250	1.063	14.976	(331)	14.645
Fornecimento faturado	331.605	197.299	759.641	1.288.545	(678.738)	609.807	291.669	166.094	687.829	1.145.592	(644.534)	501.058
Receita não faturada	118.375	-	-	118.375	-	118.375	107.383	-	-	107.383	-	107.383
Consumidores baixa renda	7.104	-	-	7.104	-	7.104	6.564	-	-	6.564	-	6.564
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	-	-	-	4.136	4.136	-	4.136
Encargo de uso de rede	-	-	90.832	90.832	-	90.832	-	-	56.729	56.729	-	56.729
Parcelamento de débitos	-	-	91.384	91.384	-	91.384	-	29.355	48.371	77.726	-	77.726
Outros contas a receber - RDS	2.868	6.577	37.034	46.479	(37.531)	8.948	2.138	5.248	32.984	40.370	(30.566)	9.804
Contas a receber	128.347	6.577	219.250	354.174	(37.531)	316.643	116.085	34.603	142.220	292.908	(30.566)	262.342
Total do circulante	459.952	203.876	978.891	1.642.719	(716.269)	926.450	407.754	200.697	830.049	1.438.500	(675.100)	763.400
<u>Não circulante</u>												
Encargo de uso de rede	-	4.136	-	4.136	(4.136)	-	-	18.910	-	18.910	-	18.910
Parcelamento de débitos	-	-	101.206	101.206	(43.790)	57.416	-	-	75.991	75.991	(44.761)	31.230
Total não circulante	-	4.136	101.206	105.342	(47.926)	57.416	-	18.910	75.991	94.901	(44.761)	50.140

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia vende determinadas faturas de energia de clientes massivos, bem como promoveu a partir de dezembro de 2017 a antecipação dos direitos creditórios de fornecimento não faturado, transferindo os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos.

Em 28.11.2018, a Companhia assinou o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Compromisso de Subscrição de Quotas Seniores e Outras Avenças”, o qual confere que a Companhia ao exercer o seu direito de rescisão unilateral da transação de cessão de crédito de direitos creditórios, sem direito a regresso, não será devido ao Banco Credit Agricole a taxa de estruturação desta operação.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(719.861)	(90.656)	46.322	(764.195)
	<u>(719.861)</u>	<u>(90.656)</u>	<u>46.322</u>	<u>(764.195)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	94.096
Resolução Homologatória 2.207/2017	13.601	32.188
Resolução Homologatória 2.377/2018	22.623	-
Parcela de Ajuste	8.590	36.975
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>322.098</u>	<u>346.447</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016, 2.207/2017 e 2.377/2018), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobrás/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 328.062 (R\$ 347.349 em 2017), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	15.741	-	13.367	-
ICMS	92.474	104.458	60.761	106.406
PIS e COFINS	9.259	-	202.020	-
Outros tributos	28.359	-	27.902	-
Total de tributos a compensar	<u>145.833</u>	<u>104.458</u>	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>

Em 31 de dezembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R\$ 124.855 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.208 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 27.630 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 22.797 refere-se a um pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio, R\$ 3.640 Incentivo cultural e R\$ 3.802 refere-se a compra de energia das Termelétricas dentro do Estado do RJ.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores classificados no ativo circulante de COFINS a compensar em dezembro de 2017, são referentes a ação judicial transitada em julgado em que foi reconhecido o direito à restituição de valores pagos no período de 1992 a 1996.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

a) Ativos e passivos financeiros setoriais

A regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

c) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária

A ANEEL autorizou a Ampla, por meio da Resolução Homologatória nº 2.023, de 8 de março de 2016, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 15 de março de 2016, o reajuste tarifário percebido pelo consumidor foi de 7,38%, sendo 3,25% relativos ao reajuste tarifário anual econômico, 7,81% relativos aos componentes financeiros entrantes e -3,68% relativos aos componentes financeiros retirados do ano anterior. O principal componente financeiro foi a CVA, que representa um total de R\$ 398.449, sendo composta por 2 parcelas: (i) a CVA em processamento no valor de R\$ 394.581 e, (ii) o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 3.868.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Não Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	163.057	(16.849)	(568.242)	(31.956)	916.156	462.166	89.591	372.575	384.661	77.504
Aquisição de Energia - (CVA energia)	162.180	232.172	(554.885)	(9.365)	601.104	431.206	89.580	341.626	361.945	69.261
Proinfa	-	1.228	(81)	5	5	1.157	11	1.146	924	233
Transporte Rede Básica	845	(15.918)	(482)	92	18.948	3.485	-	3.485	2.492	993
Transporte de Energia - Itaipu	-	1.382	(561)	(308)	6.923	7.436	-	7.436	5.628	1.808
ESS	32	(285.297)	(7.166)	(22.281)	314.712	-	-	-	-	-
CDE	-	49.584	(5.067)	(99)	(25.536)	18.882	-	18.882	13.672	5.209
Demais ativos regulatórios	84.509	12.081	(61.248)	761	21.968	58.071	9.808	48.264	58.072	-
Majoração PIS/Cofins	14.596	18.144	-	-	-	32.740	-	32.740	32.740	-
Neutralidade da Parcela A	81.002	(48.188)	(57.839)	(494)	50.850	25.331	9.808	15.524	25.332	-
Sobrecontratação de Energia	-	4.078	-	1.255	(5.333)	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	23.549	-	-	(23.549)	-	-	-	-	-
Outros	(11.089)	14.498	(3.409)	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos regulatórios	247.566	(4.768)	(629.490)	(31.195)	938.124	520.237	99.399	420.839	442.733	77.504

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos regulatórios	31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31/12/2018	Valores em	Valores em	Não	
							Amortização	Constituição	Circulante	Circulante
CVA Passiva	78.326	(282.225)	(432.457)	(42.668)	775.388	96.364	49.150	47.214	85.096	11.268
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	(278.155)	(146.995)	(35.186)	460.336	-	-	-	-	-
Proinfra	285	-	(292)	2	5	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(11.392)	(7.619)	63	18.948	-	1.414	(1.414)	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	184	(6.463)	(745)	101	6.923	-	138	(138)	-	-
ESS	17.612	4.697	(231.181)	(9.476)	314.712	96.364	40.789	55.575	85.096	11.268
CDE	60.245	9.088	(45.625)	1.828	(25.536)	-	6.809	(6.809)	-	-
Demais passivos regulatórios	125.997	72.954	(164.011)	3.007	162.737	200.684	92.140	108.544	128.337	72.347
Neutralidade da Parcela A	28.940	(31.676)	-	(887)	50.853	47.230	-	47.230	40.115	47.230
Sobrecontratação de Energia	83.160	78.610	(84.738)	3.894	(5.334)	75.592	15.060	60.532	-	12.272
Devoluções Tarifárias	13.897	26.020	(119.388)	-	117.218	37.747	-	37.747	-	12.845
Outros	-	-	40.115	-	-	40.115	77.080	(36.965)	-	-
Total passivos regulatórios	204.323	(209.271)	(596.468)	(39.661)	938.125	297.048	141.290	155.758	213.433	83.615

12. Imobilizado

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Ativo imobilizado em serviço													
Distribuição	10.063.160	-	(119.659)	608.958	-	10.552.459	489.299	(4.449.400)	6.103.059	5.921.047	(622.314)	197.071	(425.243)
Terrenos	36.385	-	-	510	-	36.895	510	-	36.895	36.385	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	163.612	-	(3.890)	11.269	(1.177)	169.814	7.379	(95.033)	74.781	69.020	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	9.851.014	-	(115.634)	594.127	1.177	10.330.684	478.493	(4.348.210)	5.982.474	5.809.013	(622.314)	197.071	(425.243)
Veículos	2.005	-	-	-	-	2.005	-	(2.005)	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	10.144	-	(135)	3.052	-	13.061	2.917	(4.152)	8.909	6.629	-	-	-
Administração	163.189	-	-	5.242	-	168.431	5.242	(129.669)	38.762	38.793	-	-	-
Terrenos	1.702	-	-	-	-	1.702	-	-	1.702	1.702	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.905	-	-	-	-	11.905	-	(6.190)	5.715	6.050	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	105.417	-	-	898	-	106.315	898	(81.211)	25.104	28.476	-	-	-
Veículos	2.016	-	-	-	-	2.016	-	(1.925)	91	127	-	-	-
Móveis e Utensílios	42.149	-	-	4.344	-	46.493	4.344	(40.343)	6.150	2.438	-	-	-
Total do ativo imobilizado em serviço	10.226.349	-	(119.659)	614.200	-	10.720.890	494.541	(4.579.069)	6.141.821	5.959.840	(622.314)	197.071	(425.243)
Ativo imobilizado em curso													
Distribuição	641.774	628.713	-	(608.958)	5.832	667.361	19.755	-	667.361	640.339	(95.689)	-	(95.689)
Máquinas e Equipamentos	419.888	611.940	-	(594.127)	6.647	444.348	17.813	-	444.348	418.455	(95.689)	-	(95.689)
Outros	221.886	16.773	-	(14.831)	(815)	223.013	1.942	-	223.013	221.884	-	-	-
Administração	15.860	11.850	-	(5.242)	(6.102)	16.366	6.608	-	16.366	15.860	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.416	1.569	-	(898)	(6.102)	4.985	671	-	4.985	10.416	-	-	-
Outros	5.444	10.281	-	(4.344)	-	11.381	5.937	-	11.381	5.444	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso	657.634	640.563	-	(614.200)	(270)	683.727	26.363	-	683.727	656.199	(95.689)	-	(95.689)
Total do ativo imobilizado	10.883.983	640.563	(119.659)	-	(270)	11.404.617	520.904	(4.579.069)	6.825.548	6.616.039	(718.003)	197.071	(520.932)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição - Máquinas e equipamentos	Valor bruto em				Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)
	31/12/2017	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)		
AIS Bruto	9.851.014	(115.634)	594.127	1.177	10.330.684	478.493
Transformador de Distribuição	1.315.611	(21.371)	88.506	1.177	1.383.923	67.135
Medidor	1.649.569	(38.007)	69.111	-	1.680.673	31.104
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	252.357	(636)	516	-	252.237	(120)
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.824.456	(34.202)	277.637	-	4.067.891	243.435
Redes Alta Tensão (69 kV)	215.728	(858)	456	-	215.326	(402)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	353.672	-	15.617	-	369.289	15.617
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	467	-	-	-	467	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	122.391	(47)	13.276	-	135.620	13.229
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	453.703	(2.196)	41.670	-	493.177	39.474
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	794.467	(17.471)	33.523	-	810.519	16.052
Demais máquinas e equipamentos	868.593	(846)	53.815	-	921.562	52.969
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(601.988)	-	(20.327)	-	(622.314)	(20.326)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(58.687)	-	-	-	(58.687)	-
Outros	(543.301)	-	(20.327)	-	(563.627)	(20.326)
Originadas da Receita	(44.600)	-	-	-	(44.600)	(20.326)
Outros	(44.600)	-	(20.326)	-	(64.926)	(20.326)
Outros	(498.701)	-	-	-	(498.701)	-

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo imobilizado	31/12/2018			31/12/2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição		10.552.459	(4.449.400)	6.103.059
Custo Histórico	5,78%	8.072.700	(2.706.189)	5.366.511
Correção Monetária Especial	4,74%	145.764	(129.318)	16.446
Reavaliação	5,78%	2.333.995	(1.613.893)	720.102
Administração		168.431	(129.669)	38.762
Custo Histórico	7,45%	106.312	(68.574)	37.738
Correção Monetária Especial	8,75%	9.744	(9.487)	257
Reavaliação	7,75%	52.375	(51.608)	767
Total do ativo imobilizado em serviço		10.720.890	(4.579.069)	6.141.821
Em curso				
Distribuição		667.361	-	667.361
Administração		16.366	-	16.366
Total do ativo imobilizado em curso		683.727	-	683.727
Total do ativo imobilizado		11.404.617	(4.579.069)	6.825.548

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Terrenos	-	-	1.350	-	1.350
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	341	13.741	341	2.759	17.182
Máquinas e equipamentos	208.910	271.530	48.259	84.810	613.509
Móveis e utensílios	10.600	2.634	-	66	13.300
Veículos	-	410	-	-	410
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(270)	-	-	-	(270)
Material em depósito	6.348	-	-	-	6.348
Compras em andamento	6.699	-	-	-	6.699
Adiantamentos a fornecedores	-	(12.287)	-	-	(12.287)
Depósitos judiciais	-	-	-	(5.678)	(5.678)
	-	-	-	-	-
Total das adições do ativo imobilizado em curso	232.628	276.028	49.950	81.957	640.563

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)

Distribuição

Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. LT UTEC/ITALVA - Reconst. LT 138 kV - LT	8.869
2. DAR-17-OM-DN-PQBT-ODI-ANO	4.970
3. Elaboracao de Projetos	4.511
4. LT Entr. Rio da Cidade/Itamarati -SE	4.098
5. CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO DE AT MAGÉ	3.991
6. CIVIL GERAL - SE MARIA PAULA	3.713
7. DISJUNTOR 69KV, 2000A/SF6/EXT/31,5KA	3.491
8. OBRA: 595838/PQ_BAXNV_001/1630/I00226423	3.404
9. EQUIP GERAL - SE MARIA PAULA	3.203
10. OBRA: 638740/ALIM_ITAORNA/1550/I00234590	3.049

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. TRAF0 DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;45KVA;TRIF/TRIP;CON	(16.872)
2. TRAF0 DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;75KVA;TRIF/TRIP;CON	(8.969)
3. TRAF0 DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;30KVA;TRIF/TRIP;CON	(7.534)
4. AUTO-TRAF0 145KV 15,0KV 67MVA TRI C/COM	(4.788)
5. MUROS	(3.795)
6. TRAF0 DIST;AÉR;13,8kV;220/127V;15KVA;TRIF/TRIP;CON	(3.716)
7. CHAVE;SEC;15kv;400A;1F;MAN;SECO	(3.697)
8. COND NU AL CA 2 AWG	(3.535)
9. MEDIDOR ELETRÔNICO EN MONO	(3.535)
10. MEDIDOR ELETROMECÂNICO EN TRI	(3.436)

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<u>Ativo intangível em serviço</u>									
Distribuição	222.038	-	21.503	-	243.541	21.503	(85.666)	157.875	142.733
Servidões	93.349	-	1.225	-	94.574	1.225	(78)	94.496	93.349
Softwares	98.316	-	20.278	-	118.594	20.278	(84.500)	34.094	20.099
Outros	30.373	-	-	-	30.373	-	(1.088)	29.285	29.285
Administração	129.446	-	11.146	-	140.592	11.146	(102.719)	37.873	41.500
Softwares	128.277	-	11.146	-	139.423	11.146	(102.713)	36.710	40.337
Outros	1.169	-	-	-	1.169	-	(6)	1.163	1.163
Total do ativo intangível em serviço	351.484	-	32.649	-	384.133	32.649	(188.385)	195.748	184.233
<u>Ativo intangível em curso</u>									
Distribuição	21.842	8.289	(21.503)	-	8.628	(13.214)	-	8.628	21.842
Servidões	1	1.225	(1.225)	-	1	-	-	1	1
Softwares	21.796	6.983	(20.278)	-	8.501	(13.295)	-	8.501	21.796
Outros	45	81	-	-	126	81	-	126	45
Administração	38.355	31.914	(11.146)	270	59.393	20.768	-	59.393	38.355
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	38.346	31.914	(11.146)	270	59.384	20.768	-	59.384	38.346
Outros	9	-	-	-	9	-	-	9	9
Total do ativo intangível em curso	60.197	40.203	(32.649)	270	68.021	7.554	-	68.021	60.197
Total do ativo intangível	411.681	40.203	-	270	452.154	40.203	(188.385)	263.769	244.430

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários. Como resultado da utilização desse critério, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ativo intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2018			31/12/2017
		Valor bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		243.541	(85.666)	157.875	142.733
Custo Histórico	20,00%	157.000	(66.370)	90.630	75.485
Correção Monetária Especial		955	-	955	955
Reavaliação	20,00%	85.586	(19.296)	66.290	66.293
Administração		140.592	(102.719)	37.873	41.500
Custo Histórico	20,00%	118.241	(80.912)	37.329	40.956
Correção Monetária Especial	20,00%	1.070	(1.071)	(1)	-
Reavaliação	20,00%	21.281	(20.736)	545	544
Total do ativo intangível em serviço		384.133	(188.385)	195.748	184.233
Em curso					
Distribuição		8.628	-	8.628	21.842
Administração		59.393	-	59.393	38.355
Total do ativo intangível em curso		68.021	-	68.021	60.197
Total do ativo intangível		452.154	(188.385)	263.769	244.430

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	389.083	491.648
Encargo de uso da rede	39.429	42.383
Partes relacionadas (vide Nota 18)	27.515	14.010
Materiais e serviços	303.295	352.488
Total	<u>759.322</u>	<u>900.529</u>
Circulante	758.868	900.125
Não circulante	454	404

15. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social - retidos na fonte	532	2.800
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	53.245	56.226
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	43.944	42.834
Programa de integração social - PIS	9.404	8.856
Imposto sobre serviços - ISS	1.776	3.847
INSS s/ terceiros	6.104	7.407
Outros	4.757	2.767
Total	<u>119.762</u>	<u>124.737</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2018	31/12/2017	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Empréstimos						
Citibank N.A	-	125.400	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Citibank N.A (II)	376.925	-	28/03/2018	29/03/2021	Bullet	LIBOR + 0,47%
Itaú BBA International PLC	299.146	255.433	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,21%
Santander Chile	295.048	253.905	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
CITIBANK 4131 III	143.984	-	24/12/2018	24/06/2019	Bullet	LIBOR + 0,77%
Empréstimos	1.115.103	634.738				
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	25.431	35.619	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	-	10.020	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	-	9.936	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.510	44.780	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.555	60.551	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	36.568	60.578	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	1.050	1.566	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	23.164	38.423	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	89.159	113.104	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	110.593	133.131	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	144.811	109.966	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	81.684	78.285	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	18.770	12.620	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	92.428	70.359	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	52.278	50.105	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	12.013	8.078	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	66.433	50.563	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	37.575	36.345	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	8.634	5.822	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
Financiamentos	873.656	929.851				
Partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 20)	914.662	936.119	29/12/2015	10/12/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (Vide nota 20)	108.791	-	09/02/2018	31/07/2018	Variável	CDI + 2,75% aa
Empréstimos com partes relacionadas	1.023.453	936.119				
Total de empréstimos e financiamentos	3.012.212	2.500.708				
Resultado das operações de Swap	(98.833)	46.972				
Total de empréstimos e financiamentos	2.913.379	2.547.680				
Circulante	1.761.231	1.090.025				
Não circulante	1.250.981	1.410.683				

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	501.711	2.500.708
Captações	139.905	100.659	-	320.000	560.564
Varição monetária e cambial	-	53.897	64.410	99.019	217.326
Juros incorporados ao principal	(14.042)	-	-	-	(14.042)
Encargos provisionados	128.075	-	41.108	-	169.183
Transferências	482.363	(482.363)	252.365	(252.365)	-
Amortizações	(319.899)	-	-	-	(319.899)
Encargos pagos	(57.456)	-	(40.102)	-	(97.558)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(5.521)	1.451	(4.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.315.944	581.165	445.287	669.816	3.012.212

Abaixo seguem as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor contratado	Desembolsado	Garantias
Empréstimos				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Citibank N.A (II)	Capital de Giro	320.000	100%	Enel Brasil
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Enel Brasil
Citibank N.A (III)	Capital de Giro	143.580	100%	Enel Brasil
Financiamentos				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Receíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Receíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	72%	Receíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	127.265	100%	Receíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	91.605	100%	Receíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	25.870	82%	Receíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	81.449	100%	Receíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.627	100%	Receíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	16.557	82%	Receíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.542	100%	Receíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	42.138	100%	Receíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	11.900	82%	Receíveis
Partes relacionadas				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	175.703	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	632.791	100%	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	100.588	100%	-

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDDES 2011 e 2017	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDDES 2011 e 2017	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDDES 2012 e 2014:

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários);
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Contratos BNDDES 2011 e BNDDES 2016/2017, Citibank N.A e Itaú BBA

- Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados);
- EBITDA / LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2018			
2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
242.616	879.645	128.720	1.250.981

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures

	31/12/2018	31/12/2017	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª série - 9ª emissão	601.511	601.630	11/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
(-) Custo a amortizar	(2.074)	(3.108)						
Total sem efeito de swap	599.437	598.522						
Resultado das operações de swap	-	-						
Total de debêntures	599.437	598.522						
Circulante	1.511	1.630						
Não circulante	597.926	596.892						
	599.437	598.522						

Em 31 de dezembro de 2018 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a movimentação das debêntures no período:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.630	596.892	598.522
Encargos provisionados	42.594	-	42.594
Encargos pagos	(42.713)	-	(42.713)
Apropriação custo de transação	-	1.034	1.034
Em 31 de dezembro de 2018	1.511	597.926	599.437

Em 26 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Em 15 de dezembro de 2017 se realizou a 9ª emissão de debêntures em série única com recursos captados no montante de R\$ 600 milhões, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2018.

Obrigações especiais financeiras	Limites
	9ª Emissão
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados);
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	2020	Total
1ª série - 9ª emissão	600.000	600.000
(-) Custo de transação	(2.074)	(2.074)
Total a amortizar	597.926	597.926

17. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas;
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 123.128, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,52% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 76.163, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Avaliação atuarial

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 429.975 (R\$ 492.442 em 31 de dezembro de 2017), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.262.343	1.189.407	Valor justo dos ativos do plano no início do período	866.404	771.966
Custo dos serviços correntes	1.806	2.321	Retorno esperado dos ativos do plano	82.813	92.061
Custos dos juros	116.224	137.959	contribuições recebidas de participantes do plano	27	27
Contribuição de participantes do plano	27	27	Contribuições do empregador	75.237	76.393
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	75.563	38.101	Benefícios pagos pelo plano	(115.585)	(105.472)
Benefícios pagos pelo plano	(115.585)	(105.472)	Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	25.070	31.428
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.340.378</u>	<u>1.262.343</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>933.966</u>	<u>866.403</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.340.378	1.262.343
Valor justo dos ativos	<u>(933.966)</u>	<u>(866.403)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	406.412	395.940
(Ativo) passivo atuarial líquido	406.412	395.940
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	23.563	96.502
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u><u>429.975</u></u>	<u><u>492.442</u></u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo do serviço corrente bruto	1.833	2.348
Contribuições de participante	(27)	(27)
Custo do serviço líquido	<u>1.806</u>	<u>2.321</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	116.224	137.959
Rendimento esperado dos ativos no ano	(82.813)	(92.061)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>33.411</u>	<u>45.898</u>
Total reconhecido na DRE	<u>35.217</u>	<u>48.219</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Renda fixa	633.640	648.032
Renda variável	90.092	72.243
Investimentos imobiliários	116.550	108.779
Outros	93.684	37.350
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>933.966</u>	<u>866.404</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	75.563	38.101
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(25.070)	(31.428)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	(72.940)	20.610
Montante reconhecido no período em ORA	<u>(22.447)</u>	<u>27.283</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Principais Premissas Atuariais	PCA	PACV	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	8,94%	8,99%	8,63%	8,42%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,94%	8,99%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

18. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2018				31/12/2017			31/12/2017
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	429.975	(35.217)	-	-	492.442	(48.219)
Enel Cien S.A. (b)	-	491	-	(4.258)	-	582	-	(3.641)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	-	-	-	-	473	-	(2.941)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	244	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	-	-	473	-	-	-	-
Enel X Brasil S.A. (d)	81	905	-	(1.790)	147	3.185	-	(9.265)
Enel Brasil (e)	-	914.662	-	(80.822)	1.202	757.334	178.785	(191.527)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (f)	-	108.791	-	(8.202)	-	-	-	-
Enel Green Power (g)	-	97	-	(1.121)	-	96	-	(1.224)
Enel Distribuzione (h)	-	3.254	-	-	-	3.110	-	-
Enel Itália (h)	-	5.060	-	-	-	6.564	-	(2.119)
Enel Brasil S.A. (i)	-	38.059	-	-	-	21.758	-	-
Enel Américas S.A. (i)	-	24.479	-	(3.252)	-	24.479	-	-
Enel Green Power Projetos I S.A. (j)	-	612	-	(7.925)	-	-	-	-
Enel Green Power Projetos I S.A. (j)	-	3	-	-	-	-	-	-
Enel Brasil S.A. (k)	339	15.324	-	(10.411)	-	-	-	-
Enel SPA(m)	109	-	-	107	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Celg Distribuição S.A. (n)	-	1.045	-	-	-	-	-	-
ENDESA S.A. (o)	-	161	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE (p)	406	697	-	-	-	-	-	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF (q)	26	377	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power (r)	-	445	-	-	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	961	1.114.706	429.975	(152.418)	1.349	817.581	671.227	(258.973)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(429.975)	(35.217)	-	-	(492.442)	(48.219)
Total	961	1.114.706	-	(187.635)	1.349	817.581	178.785	(307.192)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS:** A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Cien S.A.** Despesas com a Rede Básica no período, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (Compra de Energia)** os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica; **(Serviços)** Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016.
- Enel X Brasil S.A.** decorre de contratos por meio dos quais a Companhia arrecada e repassa à Enel X Brasil valores cobrados aos seus clientes por meio de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem, substancialmente, a serviços de fiscalização de obra;
- Enel Brasil:** mútuos contratados em 2017 e 2018 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF:** mútuo contratado em fevereiro de

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- 2018 devido à necessidade de capital de giro da Companhia.
- g) **Enel Green Power:** decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Pedra do Gerônimo e Enel Green Power Mourão;
 - h) **Enel Italia, Enel Distribuzione SPA :** tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de 31 de dezembro de 2018 com um passivo em aberto de R\$ 8.314;
 - i) **Enel Brasil S.A e Enel Américas S.A.:** decorre dos dividendos a pagar, os valores R\$ 38.059 e R\$ 24.479 respectivamente, a diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 167 em 2018 (R\$ 278 em dezembro de 2017), é referente aos dividendos a pagar para terceiros de períodos anteriores (2014 a 2017);
 - j) **Enel Green Power Projetos I S.A.:** os saldos se referem exclusivamente às operações referentes à compra de energia por parte da Companhia, oriundos de leilão CCEAR 15° LEE 2015 ou MCSD 15° LEE 2015;
 - k) **Enel Brasil S.A.:** decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, DE 12 de março de 2018;
 - l) **Enel Américas S.A.:** decorre da remuneração devida pela Ampla à Enel Américas, por esta ser garantidora do contrato modalidade Resolução 4131 da Ampla com o Banco Santander Chile;
 - m) **Enel S.P.A.:** decorre de compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional;
 - n) **Celg Distribuição S.A.:** - Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, DE 12 de março de 2018;
 - o) **ENDESA S.A.:** Reembolso de gastos com despesas de viagens de pessoal para realização de projetos;
 - p) **Companhia Energética do Ceara – COELCE:** Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018;
 - q) **Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF:** Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018;

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- r) **Enel Green Power:** Reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório, nos termos do artigo 12 da resolução ANEEL nº 699/2016. Reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 547, de 12 de março de 2018
- s) Segue detalhe abaixo dos mútuos que foram referenciados nas letras (e) e (f):

	31/12/2018			31/12/2017		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	182.723	-	-	-	168.929
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	99.148	632.791	-	39.370	717.964	9.856
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.203	100.588	-	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	107.351	916.102	-	39.370	717.964	178.785
	31/12/2018	31/12/2017				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	13.793	131.109				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	66.034	57.614				
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF Mútuo Não Subordinado	8.202	-				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	88.029	188.723				

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia em 31 de dezembro de 2018 segue abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.270	1.712
Benefícios pós-emprego	167	213
Outros benefícios de longo prazo	354	305
Salários e encargos	3.117	3.912
Total	4.908	6.142

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

19. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	31/12/2017					31/12/2018
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	285.147	89.777	(78.166)	23.513	(36.944)	283.327
Cíveis (b)	319.324	126.805	(107.781)	38.202	(92.914)	283.636
Fiscais (c)	34.717	482	(2.046)	2.181	(4.523)	30.811
Regulatório (d)	25.916	4.603	(174)	573	(26.488)	4.430
Total das provisões	665.104	221.667	(188.167)	64.469	(160.869)	602.204

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 13.846 (R\$13.523 em 31 de dezembro de 2017).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 6.136, valor total do auto de R\$ 15.340, (R\$ 6.042 e R\$ 13.791 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente) e de R\$ 536, valor total do auto R\$ 2.678 (R\$523 e R\$2.614 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Em março de 2018 tivemos uma reversão de R\$ 20.327 referente ao Auto de Infração SFE-AT-0101-14-A fiscalização qualidade técnica 2013 para a conta de obrigações especiais uma vez que para este AI assinamos um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Aneel onde está previsto tal movimentação e o pagamento do Auto de infração SFF-AI-0060-16-R - Fiscalização da Base de Ativos com valor principal de R\$ 5.679 mais Selic de R\$ 572 totalizando R\$ 6.251 conforme despacho Aneel SFF-DSP-0576-17-R.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui, basicamente, ações de natureza trabalhista, cível e fiscal, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas possíveis estão assim representadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	295.839	562.658
Cíveis	1.059.926	1.065.401
Fiscais	1.816.598	1.792.838
Juizados especiais	146.593	121.878
	<u>3.318.956</u>	<u>3.542.775</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais, além disso, engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.271.519 (R\$ 1.241.027 em 31 de dezembro 2017).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 166.068 (R\$ 162.483 em 31 de dezembro de 2017).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 222.159 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 209.553 em 31 de dezembro de 2017), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; e (v) quebra de diferimento de isentos.

A Companhia discutia com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 31.131 (R\$ 29.891 em 31 de dezembro de 2017). Neste último trimestre, o processo administrativo foi finalizado em favor da Companhia, não havendo mais contingência a reportar para este caso.

A Companhia discute ainda com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança ICMS, originados da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 48.445 (R\$ 45.971 em 31 de dezembro de 2017).

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 38.709 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 37.801 em 31 de dezembro de 2017). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 12.112 e 2.243, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.840 e R\$ 2.167 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

A companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 39.399 (R\$ 37.594 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2018 de R\$ 15.944 (R\$ 14.510 em 31 de dezembro de 2017)

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	160.002	187.393
Cíveis	54.013	47.900
Fiscais	556	1.217
Total	<u>214.571</u>	<u>236.510</u>

20. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

Descrição	Depreciação -		Custo Histórico	Reavaliação	Total
	Taxa Média Anual				
Em serviço			(526.906)	(95.408)	(622.314)
Participação da União, Estados e Municípios			-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor			(429.076)	-	(429.076)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			(5.034)	(40.292)	(45.326)
Pesquisa e desenvolvimento			(9.153)	(9.836)	(18.989)
Outros			(83.643)	(44.600)	(128.243)
(-) Amortização Acumulada - AIS			159.179	37.892	197.071
Participação da União, Estados e Municípios	4,10%		-	279	279
Participação Financeira do Consumidor	4,10%		15.255	-	15.255
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,10%		397	15.999	16.396
Pesquisa e Desenvolvimento	4,10%		750	3.905	4.655
Outros	4,10%		142.777	17.709	160.486
Total			<u>(367.727)</u>	<u>(57.516)</u>	<u>(425.243)</u>

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Obrigações especiais em serviço	(601.988)	-	(40.652)	(622.314)	(20.326)	(622.314)	(601.988)
Participação da União, Estados e Municípios	(680)	-	-	(680)	-	(680)	(680)
Participação Financeira do Consumidor	(429.076)	-	-	(429.076)	-	(429.076)	(429.076)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(45.326)	-	-	(45.326)	-	(45.326)	(45.326)
Pesquisa e Desenvolvimento	(18.989)	-	-	(18.989)	-	(18.989)	(18.989)
Outros	(107.917)	-	(20.326)	(128.243)	(20.326)	(128.243)	(107.917)
Outros	(107.917)	-	(20.326)	(128.243)	(20.326)	(128.243)	(107.917)
(-) Amortização acumulada - AIS	174.496	22.575	-	197.071	22.575	197.071	174.496
Participação da União, Estados e Municípios	381	24	-	405	24	405	381
Participação Financeira do Consumidor	122.198	15.255	-	137.453	15.255	137.453	122.198
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	22.137	1.685	-	23.822	1.685	23.822	22.137
Pesquisa e Desenvolvimento	5.269	738	-	6.007	738	6.007	5.269
Outros	24.511	4.873	-	29.384	4.873	29.384	24.511
Em curso	(94.525)	(1.164)	-	(95.689)	(1.164)	(95.689)	(94.525)
Participação da União, Estados e Municípios	(6.701)	-	-	(6.701)	-	(6.701)	(6.701)
Participação Financeira do Consumidor	(12.589)	-	-	(12.589)	-	(12.589)	(12.589)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(2.187)	-	-	(2.187)	-	(2.187)	(2.187)
Valores Pendentes de Recebimento	(73.048)	(1.164)	-	(74.212)	(1.164)	(74.212)	(73.048)
Total das obrigações especiais em serviço	(522.017)	21.411	(40.652)	(520.932)	1.085	(520.932)	(522.017)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	R\$
1. OE_Part e Doaç-Imob Serv-Part Financ Cons	(384.577)
2. ReativoExcedente	(63.317)
3. OE_Part e Doaç-Imob Serv-Outros	(44.600)
4. OE_Part Do-Im Sv-Doa Sub Dest Inv Serv Con	(40.292)
5. OE-PartFinanc PortoAçu	(23.553)
6. FAIXA DE SERVIDÕES 1.388.324,M²	(12.613)
7. OE_Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(9.836)
8. P&D-CIDADE INTELIGENTE BUZIOS	(8.607)
9. Doações e Subvenções Dest. Invest. Serv	(5.033)
10. OE-PartFinancConsum ObrasExt	(4.312)

Não ocorreram baixas de obrigações especiais no exercício.

21. Taxas regulamentares

	31/12/2018	31/12/2017
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	328.062	347.349
Programas de P&D e PEE	108.570	91.484
Outros	1.643	1.449
Total	438.275	440.282
Circulante	375.897	369.210
Não Circulante	62.378	71.072

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

(b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

Os valores apresentados no Passivo não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

(c) Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária

A partir de 2015, os custos variáveis da energia do mercado regulado passaram a ser cobertos pelos adicionais das Bandeiras Tarifárias, que têm como objetivo sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. Nesse sentido, o Decreto nº 8.401, de 5 fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias.

As faixas de acionamento e os valores para as bandeiras tarifárias foram estabelecidos pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 1.859/15, de 3 de março de 2015. As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições tornam-se menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sofre um acréscimo maior.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2018		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73	2.491.589
Outros	442.934	0,27	6.641
Total de ações em circulação	<u>166.634.326</u>	<u>100,00</u>	<u>2.498.230</u>

Em reunião do Conselho de Administração da acionista Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado da referida Companhia, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

As ações de emissão da Ampla transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Ampla, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Ampla, tendo todas as suas ações passadas para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da Ampla.

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

c) Reserva de capital

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração do imobilizado em curso	20.946	20.946
Reserva de ágio	2.308	2.308
	<u>23.254</u>	<u>23.254</u>

d) Reservas de lucros

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva legal	121.941	113.379
Reserva de reforço de capital de giro	304.231	232.838
	<u>426.172</u>	<u>346.217</u>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, tal reserva será constituída ao final do exercício caso a companhia permaneça com o resultado positivo.

(ii) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reservas de reavaliação

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição ("VNR") do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância com a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 132 – Ativo Imobilizado e subgrupo 223 - Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 243.01 – Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

23. Receita

Descrição	Nº Consumidores		MWh Mil		31/12/2018	31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		
Fornecimento - Faturado	2.665.782	2.663.469	8.547	8.695	6.866.084	6.185.640
Residencial	2.428.518	2.437.937	4.755	4.852	3.900.766	3.400.458
Industrial	3.784	3.979	274	361	258.000	295.101
Comercial	151.896	138.399	1.930	1.892	1.743.043	1.578.228
Rural	64.017	65.493	232	253	131.884	126.638
Poder público	13.759	14.071	486	492	382.431	374.383
Iluminação pública	1.878	1.744	567	551	299.985	268.383
Serviço público	1.930	1.846	303	294	149.975	142.449
Suprimento Faturado						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	255.028	223.080
Fornecimento de energia elétrica	2.665.782	2.663.469	8.547	8.695	7.121.112	6.408.720
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	377	272	2.876	2.736	675.238	557.395
Consumidores Livres	353	260	2.436	2.313	595.346	484.887
Permissionárias	24	12	440	423	79.892	72.508
(-) Transferências	-	-	-	-	-	(4.898)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(1.866)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	(3.032)
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	157.813	256.331
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	129.591	557.941
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	116.917	(33.520)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(88.695)	(268.090)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	122.702	104.393
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	226.545	218.753
Total	2.666.159	2.663.741	11.423	11.431	8.303.410	7.540.694

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

24. Pessoal e Administradores

<u>Despesa de pessoal</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração	(98.831)	(95.496)
Encargos sociais	(37.058)	(38.303)
Provisão de férias e 13º salário	(14.575)	(13.953)
Plano de saúde	(5.882)	(6.272)
Previdencia privada	(15.577)	(13.690)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(16.068)	(15.267)
Participação nos resultados	(9.414)	(9.706)
Outros	(7.098)	(8.470)
(-) Transferências para intangível em curso	60.017	60.551
Total	(144.486)	(140.606)

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	106.204	106.204	(314.268)	(314.268)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	0%	10%	-
	(26.527)	(9.558)	78.591	28.284
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(4.759)	(1.842)	(3.787)	(1.462)
Incentivos e outros	(3.439)	(1.210)	(2.411)	(861)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(34.725)</u>	<u>(12.610)</u>	<u>72.393</u>	<u>25.961</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(34.725)</u>	<u>(12.610)</u>	<u>72.393</u>	<u>25.961</u>
Total	(34.725)	(12.610)	72.393	25.961

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

IR/CS Diferidos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	92.222	98.864
Provisão para perdas em estoque	3.574	30
Provisão para déficit previdenciário	175.919	183.551
Provisão para ações judiciais e regulatórias	204.750	226.136
SWAP - debêntures	3.845	20.379
Provisão para desativação	13.770	13.770
Outras provisões	138.578	139.568
	<u>632.658</u>	<u>682.298</u>
Passivo não circulante		
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	231.388	255.588
SWAP - debêntures	23.403	4.412
	<u>254.791</u>	<u>260.000</u>
Total	<u>377.867</u>	<u>422.298</u>

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração. Para o período superior a 5 anos a Companhia tem um diferido registrado referente a provisão de riscos, fundo de pensão e instrumentos financeiros.

Segue expectativa de realização:

<u>Ano de realização</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	70.437	137.977
2020	85.889	54.715
2021	66.031	56.413
2022	71.337	95.824
2023 a 2025	129.771	95.824
2026 a 2028	191.159	227.778
Total	<u>614.624</u>	<u>668.531</u>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

26. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	11.253	14.782
Acréscimos moratórios	82.428	79.527
Variações monetárias	13.369	23.477
Atualização crédito de Pis/Cofins	1.302	148.060
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	754.009	123.770
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	8.628	-
Outras receitas financeiras	610	15.519
Total da receita financeira	<u>871.599</u>	<u>405.135</u>
 Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(223.080)	(266.955)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(64.469)	(121.968)
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	(31.907)
Encargo de fundo de pensão	(33.411)	(45.898)
Variações monetárias debêntures	-	(12.943)
Juros debêntures	(42.594)	(64.191)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(789.877)	(178.038)
Encargos com venda de recebíveis	(102.284)	(121.000)
Outras despesas financeiras	(52.132)	(82.302)
Total da despesa financeira	<u>(1.307.847)</u>	<u>(925.202)</u>
 Resultado financeiro	<u>(436.248)</u>	<u>(520.067)</u>

27. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
Títulos e valores mobiliários	81.777	120.091
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	112.130	6.966
Consumidores e outras contas a receber	949.042	813.540
Ativo financeiro setorial	229.300	75.332
Ativo indenizável (concessão)	<u>3.378.495</u>	<u>2.864.913</u>
	5.017.820	4.186.757

Em 31 de dezembro de 2018, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	267.076	305.915
Títulos e valores mobiliários	81.777	120.091
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	112.130	6.966
Consumidores e outras contas a receber	949.042	813.540
Ativo financeiro setorial	229.300	75.332
Ativo indenizável (concessão)	<u>3.378.495</u>	<u>2.864.913</u>
	5.017.820	4.186.757
Instrumentos financeiros derivativos	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AA-	98.833	(46.972)
Total Geral	<u>98.833</u>	<u>(46.972)</u>

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e conseqüentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI/Spread para CDI).

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	31/12/2018	31/12/2017
Passivos em Moeda Estrangeira		
Empréstimos e Financiamento	1.115.103	634.738
Exposição Patrimonial	1.115.103	634.738
Instrumentos Financeiros Notional	(1.025.023)	(636.120)
Exposição Cambial Total	90.080	(1.382)

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 11% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (31,74% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de *swap*, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Além disso, com a baixa do CDI no início do período, a companhia realizou operações de hedge de curto prazo fixando algumas operações atreladas ao indexador (59% do total, sendo 14,25% objeto de *hedge*), de forma a garantir um custo fixo, sem estar exposto a possíveis variações do mercado.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 98.833 (resultado negativo no montante de R\$ 46.972 em 31 de dezembro 2017), e possui reconhecido o saldo das perdas com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 17.229 (saldo positivo no montante de R\$ 12.281 em 31 em de dezembro 2017).

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Selic	16.346	6%	6.402	2%
CDI	248.383	89%	259.681	94%
Pré-Fixado	12.896	5%	9.258	3%
Total	277.625	100%	275.341	100%

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Taxa Fixa	586.548	17%	537.641	17%
TJLP	374.288	11%	447.010	14%
Selic	110.593	3%	133.131	4%
CDI	2.087.341	59%	1.789.802	57%
IPCA	303.671	9%	230.888	7%
Libor	50.375	1%	7.730	0%
Total	3.512.816	100%	3.146.202	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis para a Ampla por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 200.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2018, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.364.501.

Em 11 de dezembro de 2018, por meio do Despacho Nº 2.979, a Aneel emitiu anuência prévia para a Companhia celebrar com seus controladores novos contratos de mútuos por um valor de até R\$ 1.700.000 mil pelo prazo de até quatro anos. Das dívidas classificadas no curto prazo, o montante de R\$ 914.662 mil refere-se a crédito com a Controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2018 é de 47% e em 31 de dezembro de 2017 de 44%.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.532	4.670	26.844	387.479	427.525
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	17.443	337.466	420.149	978.109	1.753.167
Debêntures	(86)	(173)	42.586	645.196	687.524
Empréstimos com Parte Relacionada	-	-	1.098.146	-	1.098.146
	25.889	341.963	1.587.725	2.010.784	3.966.362
31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.180	5.365	29.200	393.055	435.800
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.853	41.870	284.860	1.031.954	1.374.537
Debêntures	-	-	44.792	702.466	747.258
Empréstimos com Parte Relacionada	63.132	695.473	10.755	193.611	962.971
	87.165	742.708	369.607	2.321.086	3.520.566

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018					
"Swaps"	3.065	(7.081)	(12.048)	(73.397)	(89.461)
	3.065	(7.081)	(12.048)	(73.397)	(89.461)
31 de dezembro de 2017					
"Swaps"	6.356	7.334	40.605	69.441	123.736
	6.356	7.334	40.605	69.441	123.736

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2018		31/12/2017	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	267.076	267.076	305.915	305.915
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	81.777	81.777	120.091	120.091
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	983.866	983.866	813.540	813.540
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	85.585	85.585
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	112.130	112.130	6.966	6.966
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	961	961	1.202	1.202
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	229.300	229.300	75.332	75.332
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.897.109	1.919.783	1.865.971	1.860.676
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	599.437	601.511	598.522	601.630
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	1.115.103	1.093.045	634.737	634.737
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	6.111	6.111	32.088	32.088
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Valor justo por meio de resultado	2	13.297	13.297	53.938	53.938
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	759.322	759.322	900.529	900.529

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2018 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	11.642	11.583	59	277.718
Swap Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	40.318	38.332	1.986	250.000
Swap DI x Fixo 08.12.17 Itaú	(679)	(407)	(272)	277.717
Swap DI x Fixo 13.03.18 Itaú	(126)	(2.981)	2.855	250.000
Swap Libor x DI 28.03.18 Citibank	55.382	51.750	3.632	320.000
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	240	556	(316)	143.580

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2018 haviam 6 (seis) contratos de *swap*, sendo três contratos de Libor + Spread para CDI + Spread, um de dólar + Spread para CDI, e dois contratos de CDI para Spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e do CDI, conforme demonstrado a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2018	31/12/2017
Contratos de swaps:					
CITIBANK S.A	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	-	(24.244)
SANTANDER (Brasil) S.A	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	11.583	(29.694)
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	38.332	3.109
SANTANDER (Brasil) S.A	07/12/2017	24/12/2018	CDI + 1,90%aa FIXO 9,108% aa	-	2.637
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CDI + 0,40%aa FIXO 7,675% aa	(407)	1.220
BRADESCO S.A.	16/02/2018	17/12/2018	114% CDI FIXO 7,612%aa	-	-
ITAÚ S.A.	13/03/2018	07/01/2019	115,65% CDI FIXO 7,54%aa	(2.981)	-
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,47%aa CDI + 0,93%aa	51.750	-
CITIBANK S.A	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,47%aa CDI + 0,93%aa	556	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos	Risco	Base 31/12/2018	Cenários projetados - DEZ. 2019		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	16.346	(1.027)	(776)	(521)
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	248.383	(15.601)	(11.784)	(7.913)
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	12.896	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.378.495	(83.501)	(62.626)	(41.751)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(462.378)	(33.242)	(40.261)	(47.185)
Instrumentos financeiros derivados	Pre-fixado	(463.812)	(34.123)	(34.123)	(34.123)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	765.582	82.024	261.172	411.041
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	259.441	28.764	87.739	136.745
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(83.031)	(5.320)	(5.320)	(5.320)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(299.146)	(31.331)	(99.297)	(155.775)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(374.286)	(38.212)	(44.120)	(49.944)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(110.593)	(10.222)	(11.854)	(13.464)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.624.964)	(133.148)	(158.995)	(184.472)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(303.672)	(33.175)	(35.371)	(37.553)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(815.957)	(85.987)	(276.904)	(436.621)
			(394.101)	(432.520)	(466.856)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Cenário + 50%
SANTANDER 4131	32.882	101.940	159.710
SANTANDER 4131 SWAP PA	(33.183)	(101.287)	(158.258)
SANTANDER 4131 SWAP PP	18.668	22.903	27.080
ITAÚ SWAP SANTANDER PP - PA	(16.184)	(19.856)	(23.478)
ITAÚ SWAP SANTANDER PP - PP	17.994	17.994	17.994
ITAÚ 4131	31.332	99.297	155.774
ITAÚ 4131 SWAP PA	(28.764)	(87.739)	(136.745)
ITAÚ 4131 SWAP PP	15.991	19.830	23.608
Itaú 4131 PA - PP	(15.784)	(19.572)	(23.301)
Itaú 4131 PP - PP	16.130	16.130	16.130
DEBÊNTURES 9ª EMISSÃO - 1 SÉRIE (AMPL19)	42.902	53.205	63.350
CITIBANK 4131 II	38.121	126.294	200.059
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(34.989)	(115.278)	(182.446)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	21.020	25.441	29.801
CITIBANK 4131 III	14.984	48.671	76.853
CITIBANK 4131 III - SWAP PA	(13.852)	(44.607)	(70.336)
CITIBANK 4131 III - SWAP PP	9.531	11.516	13.474
Total	116.799	154.882	189.269

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.497.509 em 2019, R\$ 2.502.082 em 2020, R\$ 2.649.373 em 2021, R\$ 2.702.933 em 2022 e R\$ 58.315.992 após 2022.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2018 que foram homologados pela ANEEL.

29. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$ 15.714 (R\$ 16.068 em 31 de dezembro de 2017).

30. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2018	31/10/2019	R\$ 1.782.582	R\$ 185.253
Responsabilidade civil	01/11/2018	31/10/2019	N/A	R\$ 741.012

31. Revisão e reajuste tarifário

31.1 Resumo da revisão tarifária provisória

Em 13 de março de 2018, a Aneel aprovou o resultado provisório da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Enel Distribuição Rio, consolidada após avaliação das contribuições realizadas na Audiência Pública nº 078/2017. A base de remuneração será definida até o próximo reajuste tarifário quando seus efeitos serão incorporados.

O resultado leva ao efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 21,04%, sendo 19,94% para os consumidores conectados em Alta Tensão - AT e 21,46% para os conectados em Baixa Tensão - BT. O componente T do Fator X em 0,00% e as perdas técnicas em 9,1%.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	DRP (R\$)	Varição	Participação no Reajuste	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]	3.706.911.117,38	14,04%	9,74%	67,33%
Encargos Setoriais	999.061.056,95	11,89%	2,26%	18,15%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	8.007.657,95	44,04%	0,05%	0,15%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	355.345.891,30	26,45%	1,59%	6,45%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr. 7945/2013)	143.314.851,04	9,47%	0,26%	2,60%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta-ACR)	223.054.904,93	4,36%	0,20%	4,05%
Compensação financeira - CFURH	-	-	-	-
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	138.171.997,50	-2,12%	-0,06%	2,51%
PROINFA	82.582.754,45	1,95%	0,03%	1,50%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	48.582.999,79	23,06%	0,19%	0,88%
ONS	-	-	-	-
Custos de Transmissão	549.887.897,30	33,27%	2,93%	9,99%
Rede Básica	231.725.453,64	15,14%	0,65%	4,21%
Rede Básica Fronteira	51.607.563,72	26,06%	0,23%	0,94%
Rede Básica ONS (A2)	1.060.500,00	7,99%	0,00%	0,02%
Rede Básica Export. (A2)	-	-	-	-
MUST Itaipu	28.733.484,20	15,59%	0,08%	0,52%
Transporte de Itaipu	43.174.200,16	29,69%	0,21%	0,78%
Conexão	33.449.077,50	123,51%	0,39%	0,61%
Uso do sistema de distribuição e CCD	160.137.618,07	66,27%	1,36%	2,91%
Custos de Aquisição de Energia	2.103.659.937,21	8,16%	3,38%	38,21%
Receitas Irrecuperáveis	54.302.225,92		1,158%	0,99%
PARCELA B	1.798.891.843,49	25,06%	7,69%	32,67%
IRT	5.505.802.960,86		17,42%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual			6,37%	
CVA em processamento - Energia			11,41%	
CVA em processamento - Transporte			-0,21%	
CVA em processamento - Encargos Setoriais			-5,78%	
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes			-0,29%	
Neutralidade de Parcela A - Energia			0,29%	
Neutralidade de Parcela A - Transporte			0,10%	
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais			0,83%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia			-1,79%	
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)			0,02%	
Previsão de Risco Hidrológico			1,94%	
Repasso de ultrapassagem de Supridas/Permissionárias de Energia			0,00%	
Ajuste CUSD			0,79%	
Repasso de compensação DIC/FIC			-0,0002%	
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR			-0,04%	
Reversão de Risco Hidrológico			-0,02%	
Ressarcimento de P&D			-0,87%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior				-2,75%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores			21,04%	

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Celebração de Aditivo contratual

O 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica celebrado em 14 de março de 2017, tem resultado nas seguintes principais mudanças:

- Antecipação da Revisão tarifária da Companhia de 2019 para março de 2018;
- **Revisão das perdas não técnicas regulatórias:** novos valores definidos para 2017 e 2018, com o reconhecimento parcial das perdas nas áreas de risco;
- **Receitas Irrecuperáveis Regulatórias:** atualização anual com base na receita requerida regulatória definida nos processos tarifários;
- **Outras receitas:** compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo:** Deixa de ser registrada como Obrigações Especiais. Compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Neutralidade da Parcela A:** Passam a ser calculados a neutralidade para os custos de Energia, Transmissão, Receitas Irrecuperáveis e para os itens financeiros.

Por outro lado, este aditivo atribui novas obrigações contratuais, sendo as mais relevantes:

- Adequação dos indicadores de qualidade: Definição de uma trajetória para adequação dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) aos limites regulatórios de 2018 a 2022;
- Eficiência na gestão econômica e financeira: Definição de novas metas de gestão econômica e financeira;
- Descumprimento por 2 anos consecutivos ou em 2022 das novas metas de qualidade e de gestão econômica e financeira, acarretará a extinção da concessão.

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	267.076	-	267.076	305.915	-	305.915
Títulos e valores mobiliários	81.777	-	81.777	120.091	-	120.091
Consumidores e outras contas a receber	914.449	12.001	926.450	763.400	-	763.400
Consumidores - serviços prestados	-	-	-	85.585	-	85.585
Ativos financeiros setoriais	229.300	213.433	442.733	75.332	134.095	209.427
Subvenção CDE - desconto tarifário	322.098	-	322.098	346.447	-	346.447
Tributos a compensar	145.833	-	145.833	304.050	-	304.050
Serviço em curso	55.270	-	55.270	65.029	-	65.029
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	13.766	-	13.766	2.637	-	2.637
Outros créditos	66.468	13.123	79.591	87.594	13.504	101.098
Total do ativo circulante	2.096.037	238.557	2.334.594	2.156.080	147.599	2.303.679
Não circulante						
Consumidores	34.593	22.823	57.416	50.140	-	50.140
Ativos financeiros setoriais	-	77.504	77.504	-	38.139	38.139
Depósitos vinculados a litígios	214.571	-	214.571	236.510	-	236.510
Tributos a compensar	104.458	-	104.458	106.406	-	106.406
Serviço em Curso	35.596	-	35.596	14.351	-	14.351
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	98.364	-	98.364	4.329	-	4.329
Tributos diferidos	322.338	310.320	632.658	420.095	262.203	682.298
Ativo indenizável (concessão)	3.378.495	(3.378.495)	-	2.864.913	(2.864.913)	-
Imobilizado	61.175	6.764.373	6.825.548	61.619	6.554.420	6.616.039
Intangível	2.673.290	(2.409.521)	263.769	3.416.279	(3.171.849)	244.430
Ativos contratuais	677.482	(677.482)	-	-	-	-
Investimentos	-	3.313	3.313	-	3.830	3.830
Total do ativo não circulante	7.600.362	712.835	8.313.197	7.174.642	821.830	7.996.472
Total do ativo	9.696.399	951.392	10.647.791	9.330.722	969.429	10.300.151

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	758.868	-	758.868	900.125	-	900.125
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.762.742	-	1.762.742	1.091.655	-	1.091.655
Salários, provisões e encargos sociais	48.143	-	48.143	43.072	-	43.072
Obrigações fiscais	119.762	-	119.762	124.737	-	124.737
Dividendos a pagar	87.184	-	87.184	46.515	-	46.515
Passivos financeiros setoriais	-	213.433	213.433	-	134.096	134.096
Taxa regulamentares	375.897	-	375.897	369.210	13.504	382.714
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	7.680	-	7.680	34.291	-	34.291
Outras obrigações	84.657	-	84.657	75.817	-	75.817
Total do passivo circulante	3.244.933	213.433	3.458.366	2.685.422	147.600	2.833.022
Não circulante						
Fornecedores e outras contas a pagar	454	-	454	404	-	404
Passivos financeiros setoriais	6.111	77.504	83.615	32.088	38.139	70.227
Tributos diferidos	-	254.791	254.791	-	260.000	260.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.848.907	-	1.848.907	2.007.575	-	2.007.575
Obrigações com benefícios pós-emprego	429.975	-	429.975	492.442	-	492.442
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	602.204	-	602.204	665.104	-	665.104
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	5.617	-	5.617	19.647	-	19.647
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	520.932	520.932	-	522.016	522.016
Taxa regulamentares	62.378	-	62.378	71.072	-	71.072
Total do passivo não circulante	2.955.915	853.227	3.809.142	3.288.332	820.155	4.108.487
Patrimônio líquido						
Capital social	2.498.230	-	2.498.230	2.498.230	-	2.498.230
Reserva de capital	23.254	-	23.254	23.254	-	23.254
Reserva de lucro	976.874	(550.702)	426.172	826.920	(480.703)	346.217
Reserva de reavaliação regulatória	-	435.434	435.434	-	482.377	482.377
Outros resultados abrangentes	(2.807)	-	(2.807)	8.564	-	8.564
Total do patrimônio líquido	3.495.551	(115.268)	3.380.283	3.356.968	1.674	3.358.642
Total do passivo e patrimônio líquido	9.696.399	951.392	10.647.791	9.330.722	969.429	10.300.151

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	6.949.855	171.258	7.121.113	6.234.754	173.966	6.408.720
Suprimento de energia elétrica	79.892	-	79.892	72.508	-	72.508
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição	595.346	-	595.346	484.887	-	484.887
Outras receitas vinculadas	467.980	(118.735)	349.246	299.190	19.058	318.248
Receita de construção	669.723	(669.723)	-	1.043.446	(1.043.446)	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	171.317	(13.504)	157.813	242.827	13.504	256.331
	8.934.113	(630.704)	8.303.410	8.377.612	(836.918)	7.540.694
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.946.365)	-	(1.946.365)	(1.732.793)	-	(1.732.793)
PIS-PASEP	(137.588)	-	(137.588)	(130.251)	-	(130.251)
Cofins	(633.737)	-	(633.737)	(512.159)	-	(512.159)
ISS	(3.681)	-	(3.681)	(3.382)	-	(3.382)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.298	-	17.298	(21.127)	-	(21.127)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(747.874)	-	(747.874)	(612.817)	-	(612.817)
Programa de eficiência energética - PEE	(23.520)	-	(23.520)	(21.127)	-	(21.127)
Taxa de fiscalização	(7.619)	-	(7.619)	(5.676)	-	(5.676)
Outros encargos	9.863	(4.551)	5.312	-	(187.470)	(187.470)
	(3.473.223)	(4.551)	(3.477.774)	(3.039.332)	(187.470)	(3.226.802)
Receita líquida / ingresso líquido	5.460.890	(635.255)	4.825.636	5.338.280	(1.024.388)	4.313.892
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.570.202)	-	(2.570.202)	(2.483.259)	-	(2.483.259)
Encargos de transmissão / distribuição / conexão	(474.658)	-	(474.658)	(311.382)	-	(311.382)
	(3.044.860)	-	(3.044.860)	(2.794.641)	-	(2.794.641)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.416.030	(635.255)	1.780.776	2.543.639	(1.024.388)	1.519.251

Ampla Energia e Serviços S.A.
CNPJ nº 33.050.071/0001-58

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis (continuação)	2.416.030	(635.255)	1.780.776	2.543.639	(1.024.388)	1.519.251
Custos gerenciáveis - parcela "B"						
Pessoal e administradores	(144.486)	-	(144.486)	(140.606)	-	(140.606)
Serviços de terceiros	(426.730)	-	(426.730)	(435.537)	-	(435.537)
Material	(20.163)	-	(20.163)	(13.287)	-	(13.287)
Arrendamentos e aluguéis	(10.565)	-	(10.565)	(11.795)	-	(11.795)
Seguros	(3.218)	-	(3.218)	(2.951)	-	(2.951)
Doações, contribuições e subvenções	(1.547)	-	(1.547)	(1.919)	-	(1.919)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(136.444)	54.862	(81.582)	(134.302)	-	(134.302)
Outras provisões	(39.175)	-	(39.175)	(37.820)	-	(37.820)
Tributos	(1.920)	-	(1.920)	(1.522)	-	(1.522)
Depreciação e amortização	(314.717)	(54.917)	(369.634)	(294.621)	(58.120)	(352.741)
Outros despesas operacionais	(87.602)	(51.702)	(139.304)	(152.389)	(28.583)	(180.972)
Receita de multa por impuntualidade de clientes	53.791	(53.791)	-	50.059	(50.059)	-
Outras receitas operacionais	7.983	(7.983)	-	19.058	(19.058)	-
Custo de construção	(669.723)	669.723	-	(1.043.446)	1.043.446	-
	(1.794.516)	556.192	(1.238.324)	(2.201.078)	887.626	(1.313.452)
Resultado financeiro	(351.958)	(84.290)	(436.248)	(490.635)	(29.432)	(520.067)
Receita financeira	951.425	(79.826)	871.599	429.512	(24.377)	405.135
Despesa financeira	(1.303.383)	(4.464)	(1.307.847)	(920.147)	(5.055)	(925.202)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	269.556	(163.352)	106.204	(148.074)	(166.194)	(314.268)
Imposto de renda	(72.208)	37.483	(34.725)	33.232	39.161	72.393
Contribuição social	(26.102)	13.492	(12.610)	11.865	14.096	25.961
Lucro (prejuízo) do exercício	171.246	(112.377)	58.869	(102.977)	(112.937)	(215.914)
Prejuízo por ação originado das operações	1,02768		0,35328	(0,61798)		(1,29574)
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,02494		0,35234	(0,61666)		(1,29297)
Detentores de ações ordinárias	1,02768		0,00094	(0,61798)		(0,00276)
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	1,02494		0,35234	(0,61666)		(1,29297)
Detentores de ações ordinárias	1,02768		0,00094	(0,61798)		(0,00276)

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados nos quadros dispostos acima:

32.1 Provisão estimada para créditos de liquidações duvidosas

A diferença de GAAP decorre de o fato do Regulador não ter acatado no balancete regulatório os impactos da implementação dos IFRSs vigentes a partir de 01.01.2018, ou seja, do IFRS 9, que resultou em mudanças nos critérios de mensuração da provisão para recuperação de ativos.

O cálculo da PECLD (Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa) no balancete regulatório toma por base as regras constantes no MCSE, que determinam o reconhecimento da provisão para cada morosidade de classe de consumo - tomando por base dados históricos, enquanto que para fins do IFRS 9 a provisão considera dados históricos e expectativas futuras de perda, havendo uma análise individual ou coletiva para determinados perfis ou grupos de clientes.

32.2 Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfra, Rede Básica, Transporte Itaipu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Em decorrência da entrada em vigor do Despacho nº 4.356/17 que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual redefiniu os registros contábeis aprovados inicialmente no Ofício Circular nº 185/2015, retificado pelo Despacho de Encerramento nº 245/2016 relativos aos repasses recebidos/devidos à CCRBT. Na situação em que haja um repasse à CCRBT pela distribuidora será registrado como encargo do consumidor; na situação em que haja um repasse da CCRBT à concessionária será registrado um direito a receber da CCRBT em Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido. Vale ressaltar que apenas no societário, a Companhia reclassifica o efeito devedor ou credor da bandeira tarifária da CCRBT para a Parcela A.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrava os efeitos da CCRBT da seguinte forma:

- No societário, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como fornecimento faturado.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

- No regulatório, o repasse recebido/devido à CCRBT, aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, eram registrados como receita CVA, exceto, o valor correspondente a bandeira tarifária que vinha sendo registrado como encargo ao consumidor.

32.3 Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

32.4 Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados a concessão acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão ("ICPC 01"), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como imobilizado ou vinculado a concessão, diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

32.5 Imobilizado

32.5.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição ("VNR") atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a Adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

32.5.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

32.6 Intangível

32.6.1 Reavaliação compulsória

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei nº 11.638/2007 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

32.6.2 Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória, quando da revisão tarifária realizada em setembro de 2013 e homologada em fevereiro de 2014.

32.7 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (“obrigações especiais”)

As obrigações especiais são créditos especiais vinculados aos investimentos aplicados em ativos vinculados à concessão. As obrigações especiais são amortizadas conforme a taxa média de depreciação do grupo do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos. Nas demonstrações contábeis regulatórias societárias as obrigações especiais são classificadas como redutoras do ativo intangível em serviço. Já nas demonstrações contábeis regulatórias, com base no MCSE e ratificado através do despacho nº 3.371, de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL, é requerida a divulgação das obrigações especiais no passivo não circulante.

32.8 Receita Operacional

32.8.1 Efeito CPC 47 (IFRS/15)

De acordo com o pronunciamento, as receitas devem ser reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

33. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

33.1 Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 33.3, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

33.2 Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 33.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, os valores vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos

33.3 Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

33.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

A contabilidade regulatória não recepcionou a nova classificação dos bens vinculados à concessão para o ativo pelo ICPC-01, e desta forma a remuneração deste ativo financeiro também não deve ser informação considerada no Regulatório.

33.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 33.2 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

34. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2018 e 2017

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos no início do exercício	3.495.551	3.356.968
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	435.434	482.377
Reserva de capital de giro	(550.702)	(480.703)
Saldos no fim do exercício	<u>3.380.283</u>	<u>3.358.642</u>

Conforme comentado nas Notas 32.4.1 e 32.5.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da Companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/2010, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo órgão regulador, quando da revisão tarifária em 2014 e realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no prejuízo societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

35. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2018 e 2017

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	171.246	(102.977)
Adoção da PDD segundo o critérios do IFRS 9	54.842	-
Tributos sobre a adoção do IFRS 9	(18.654)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(133.617)	(74.436)
Glosa - BRR	5.956	5.956
Depreciação e amortização sobre a reserva de reavaliação regulatória	(60.874)	(63.988)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	45.430	25.308
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória	24.200	27.951
Capitalização - Desativação ODD	(19.411)	(15.509)
Desativação sobre a reserva de reavaliação regulatória	(10.269)	(18.131)
Outras despesas	20	(88)
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade regulatória	<u>58.869</u>	<u>(215.914)</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 32.

Niterói – RJ, 24 de abril de 2019

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria Executiva	
Cargo	Diretores
Diretor Presidente	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Recursos Humanos e Organização	Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Relações Institucionais	José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação	Janaina Savino Vilella Carro
Diretor(a) de Regulação	Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretor(a) Jurídico(a)	Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora de Compras	Margot Frota Cohn Pires
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes	Artur Manuel Tavares Resende
Diretor de Planejamento e Engenharia	Fernando Andrade
Diretora de Mercado	Márcia Sandra Roque Vieira Silva